

Apresentação

O reconhecimento formal da característica multicultural das sociedades contemporâneas é uma realidade para muitos países do ocidente. Num contexto em que as estratégias de afirmação da diversidade cultural tornaram-se centrais, as políticas públicas passaram a se apresentar como vetores progressistas que potencialmente atuariam na valorização das especificidades culturais e na ampliação do acesso à cidadania por parte de diferentes coletividades. Tais propósitos se configuraram em nome dos ideais democráticos, tendo sido concebidos como alternativas fecundas às desigualdades sociais emergentes, materiais ou simbólicas. Desse modo, em conjunto com o desenvolvimento das políticas de significado, observaram-se ainda sensíveis transformações nas próprias conceituações sobre a cultura, agora percebida como importante recurso acionado para solucionar demandas sociais e econômicas. Dito de outro modo, a expectativa de institucionalização das esferas culturais era gerar um ambiente de racionalização e universalidade, tanto em termos das práticas, dos costumes e das crenças, quanto das identidades. Em tal perspectiva, a cultura perderia sua transcendentalidade, tornando-se uma reserva a ser gerida por gestores sociais que visavam não só a construção das identidades nacionais, mas também a complementação do desenvolvimento econômico ao transformar atividades sociais em propriedades intelectuais.

Contudo, não apenas a emergência das políticas orientadas ao reconhecimento das especificidades, mas o próprio caráter instrumental atribuído à cultura na atualidade demonstram-se fatores que comportam inúmeras complexidades. Por um lado, as políticas de significado encabeçadas pelo Estado, ao privilegiar questões locais e particulares subvertem alguns dos preceitos fundamentais do Estado de Direito, adotando instrumentos antagônicos aos pressupostos universalistas embrionários da racionalidade burocrática. Por outra via, o acionamento da cultura como recurso corre o risco de sobrevalorizar a atuação das expressões culturais como alternativas a problemáticas anteriormente geridas nas esferas da economia e da política, apresentando-se como empreendimento inevitavelmente colocado sob suspeita. É justamente com o intuito de ampliar as reflexões sobre essas problemáticas que o dossiê "Diversidade Cultural e os dilemas para as Políticas Culturais e Ambientais" se constitui. Os trabalhos aqui reunidos, desenvolvidos sob diferentes enfoques teóricos e empíricos, tratam dos paradoxos inerentes às políticas culturais contemporâneas em nome da diversidade cultural.

Da autoria de Elder P. Maia Alves, o texto que abre a coletânea aborda as aproximações conceituais entre categorias como "cultura" e "desenvolvimento", num processo que gerou condições de possibilidades para a elaboração das políticas culturais públicas na atualidade. Colocando o tema das economias criativas no centro da reflexão, o autor recupera a historicidade de um movimento teórico, político e institucional através do qual a noção de cultura adquiriu um caráter recursivo, fundamentando projetos orientados à resolução de demandas por inclusão social e crescimento econômico. A contribuição é importante para aqueles que buscam compreender as dinâmicas conceituais que promoveram a inserção da temática da cultura no cerne das agendas políticas.

Os dois textos publicados a seguir dão continuidade ao debate sobre as "economias criativas", cada qual conferindo destaque a realidades empíricas específicas. No primeiro caso, Maria Helena de Oliveira Santos reflete sobre a relação entre as políticas culturais e o universo da moda no Brasil. Inicialmente voltada a uma observação sobre a forma como o governo brasileiro tem se apropriado do debate internacional em torno das economias criativas, a reflexão avança propondo compreender as novas relações estabelecidas entre instituições como o Ministério da Cultura e os diferentes setores produtivos. A autora investiga as ações que tanto os agentes do campo da moda quanto os gestores públicos empreendem na busca pela afirmação desse segmento como alvo das políticas da cultura. Já o trabalho de Rodrigo Dilelio concentra-se numa avaliação das transformações inerentes ao mercado de empresas do "segmento criativo", especialmente no que se refere às dinâmicas de crescimento do contingente de trabalhadores e consumidores dos bens e serviços culturais disponibilizados. Em ambos os casos, trata-se de abordagens que fornecem dados relevantes para percepções sobre as aproximações hodiernas entre cultura e economia, ora situadas nas interfaces entre o Estado e o mercado, ora analisadas sob a constatação da emergência de uma nova agenda econômica e de um novo modelo de produção e circulação dos bens simbólicos.

As transformações conceituais e a recursividade vinculada à noção de cultura num período recente também são tópicos retomados nos dois artigos que seguem. Em "A cultura em questões", Caleb Faria Alves ocupa-se dos processos classificatórios que envolvem o acionamento intensivo da categoria cultura por parte dos setores públicos e privados. Mediante esse escopo, observa os possíveis conteúdos adquiridos pelo conceito em sua inserção nas enquetes que subsidiam o desenvolvimento de políticas públicas ou o planejamento estratégico do setor de serviços. A preocupação analítica recai sobre as contradições que as definições de cultura contidas nos *surveys* podem gerar, sendo capazes de atuar tanto no reconhecimento de coletividades específicas quanto na geração de sistemas classificatórios arbitrários. Por sua vez, o artigo de Luciana Teixeira Andrade discute os modos pelos quais a cultura pode ser acionada por parte de empreendimentos público-privados na mediação das interven-

ções urbanas. Ressalte-se que o viés investigativo adotado privilegia as tensões e complexidades que decorrem dessas estratégias de redefinição dos espaços públicos urbanos, propiciando dados instigantes para reflexões sobre temas afins.

Num texto de cunho mais reflexivo, Hector Omar Ardans-Bonifacino coloca em evidência as relações teórico-conceituais existentes entre noções como "comunidade" e "socioambiente", avaliadas a partir da recuperação de um terceiro conceito – pertinente na articulação dos anteriores: a noção de "enraizamento". Composto por uma refinada argumentação, o trabalho promove não apenas um "convite à reflexão" sobre aquelas categorias, mas ainda prepara o terreno intelectual propício para a leitura dos estudos que completam o dossiê. Tais estudos encontram-se orientados à compreensão das relações políticas que envolvem determinadas coletividades, seja no que se refere à definição das fronteiras identitárias que as organizam (enquanto empreendimentos sociopolíticos), seja no que se relaciona com as percepções de cultura e ambiente que balizam a formulação das políticas de que são alvo. Essa última possibilidade é evidenciada no artigo de Marcelo Alario Ennes, que reflete sobre as assimetrias projetadas sobre as comunidades "não tradicionais" em contextos de constituição das unidades de conservação ambiental. Como propõe o autor, por não deterem visibilidade política e teórica, os grupos não abrigados junto ao rótulo "populações tradicionais" podem ter suas condições de reprodução material e simbólica agravadas naquelas situações em que os dispositivos legais estabelecem normas que orientam a proteção dos recursos naturais em determinadas áreas. Trata-se de uma contribuição valiosa para o debate acerca das contradições que envolvem a definição de políticas particularistas num horizonte de universalização de direitos.

Os quatro últimos trabalhos que compõem este dossiê guardam uma semelhança: realçam os desdobramentos das políticas da identidade e a experiência entre a tessitura da memória e o trabalho simbólico-material do artesanato. A primeira frente constitui o terreno de problematização dos trabalhos de Maria Clara Mocellin e Edson Farias. O primeiro é uma fonte empírica valiosa acerca das relações de aliança entre intelectuais e empresários durante os anos de 1960 e 1970, na região de Caxias do Sul. Esses dois grupos de interesses não costumam ajustar os seus projetos e predileções, visto que os capitais que constroem e mobilizam (o cultural e o econômico) portam e potencializam assimetrias que os afastam e, em grande medida, até os repelem. No entanto, o processo de consecução da "italianidade" naquela região do sul brasileiro não teria sido possível sem a conjugação do trabalho intelectual e empresarial. A singularidade desse processo, como descreve a autora, está justamente na busca comum pela "desestigmatização" da memória dos primeiros colonos italianos que chegaram à região no final do século XIX. Esse complexo jogo de alianças produziu uma nova gramática do pertencimento político-cultural, cujo núcleo repousa na representação do imigrante italiano como um tenaz herói civilizador. Já o trabalho de Farias, é uma contundente análise acerca das inflexões estéticas, políticas e econômicas experimentadas pelo grupo cultural baiano Olodum. O texto brinda o leitor com um denso acervo de referências teóricas e variadas fontes empíricas, além de acompanhar, com cuidadosa lupa e primoroso rigor, as pressões, assédios e contingências vividas por um grupo multifacetado: bloco carnavalesco, grupo político-cultural local, banda musical com penetração comercial nacional e internacional e empresa de cultura responsável por outros negócios culturais. O autor faz do Olodum um caso heurístico para se compreender as tensões e dilemas das políticas da identidade e do reconhecimento.

Os trabalhos seguintes, de Fanny Longa Romero e Maria Salete de Souza Nery, enfrentam as relações entre artesanato e memória com repertórios teóricos distintos, assim como constroem objetos empíricos diversos, mas ricos e fecundos nas consequências. O primeiro acompanha o cotidiano das artesãs da Serra da Viúva, sertão de Alagoas, cuja destreza do saber-fazer da prática artesanal se confunde inteiramente com a dureza e dificuldade do trabalho rural, ambos profundamente amalgamados à memória oral dos grupos quilombolas que habitam aquela região desde o período colonial. Já o trabalho de Salete Nery, expõe com precisão as tensões em torno das estruturas do poder classificatório das práticas e dos bens do artesanato brasileiro. A autora toma a atuação do SEBRAE como uma instância de regulação e poder de classificação, repletas de consequências simbólicas e econômicas. Esses aspectos animam a reflexão da autora, notadamente porque as novas relações entre artesanato e moda, assim com os seus diferentes usos estéticos e econômicos, põem em circulação, tensão e concorrência diferentes critérios classificatórios e distintos interesses políticos e econômicos em torno dos bens do artesanato.

Os artigos reunidos nesta coletânea mais do que atualizam a reflexão e o acervo empírico acerca das políticas culturais. Fiéis ao caráter multimodal que estas assumiram nas duas últimas décadas, os trabalhos reunidos aqui expõem – com rigor e sofisticação – a variedade de objetos que delineiam uma nova agenda de pesquisa para as políticas culturais. Muitos desses objetos escapam à classificação convencional de "estudos de políticas culturais", pois como evidenciam os trabalhos acerca da economia criativa, das políticas da identidade e do reconhecimento, já não é possível tratar de políticas culturais apenas como programas e ações elaboradas e executadas por determinados agentes governamentais e estatais.

Elder P. Maia Alves
Rodrigo Marques Leistner
Thais Alves Marinho
Organizadores